

INÉDITAS - PP-ES - POLICIAL PENAL
BANCA IDCAP

Lei Complementar nº 46/2022: institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes

1. Segundo a Lei Complementar Estadual 46/2022, o processo administrativo-disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade do servidor público pela infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. A este respeito, identifique a afirmação incorreta.

- a) As comissões constituídas para sua realização de processo administrativo disciplinar serão compostas por três membros ocupantes de cargo efetivo e estáveis no serviço público.
- b) Não poderá participar de comissão de sindicância ou de processo administrativo-disciplinar parente do denunciado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.
- c) O processo administrativo-disciplinar inicia-se com a publicação do ato que determinar a sua abertura e compreenderá o inquérito administrativo e o julgamento do feito.
- d) Na fase do inquérito administrativo, a comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos.
- e) **No prazo de quarenta e cinco dias, contados do recebimento do processo administrativo-disciplinar, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.**

2. Segundo a Lei Complementar Estadual 46/2022, poderá o servidor público ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo:

- I – por um dia, para apresentação obrigatória em órgão militar;
- II – por um dia, a cada três meses, para doação de sangue;
- III – até três dias consecutivos, por motivo de casamento;
- IV – por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos e tios;
- V – pelos dias necessários à participação de júri ou prestação de concurso público.

Estão corretos os itens:

- a) **I, II e V.**
- b) I, II, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

Lei Estadual nº 1.059/2023: Cria o cargo de Policial Penal, o Plano de Carreira dos Policiais Penais e dá outras providências.

3. Segundo o Plano de Carreira da PP-ES, interstício necessário para progressão será interrompido, com o reinício de sua contagem, nas hipóteses de:

- I – penalidade disciplinar;
- II – falta injustificada;
- III – licença para trato de interesses particulares;
- IV – licença por motivo de deslocamento de cônjuge ou companheiro;
- V – licença para tratamento de saúde, superior a 30 (trinta) dias, ininterruptos ou não, no período de avaliação;
- VI – licença por motivo de doença em pessoa da família, superior a 30 (trinta) dias, ininterruptos ou não, no período de avaliação.

Estão corretas:

- a) **I, II, III, IV e VI.**
- b) I, II, III e V.
- c) II, III e VI.
- d) II, III, V e VI.
- e) Todas estão corretas.

4. Acerca da Lei Estadual nº 1.059/2023, assinale a alternativa correta acerca do exercício do cargo de policial penal.

- a) O Policial Penal terá suas atividades acompanhadas e o seu desempenho avaliado, em periodicidade bianual, para fins de aprimoramento e adequação da execução de suas tarefas individuais aos objetivos definidos para a Polícia Penal.
- b) Os Policiais Penais alocados na Secretaria de Estado responsável pela administração prisional estarão subordinados, técnica, hierárquica e disciplinarmente, à Secretaria de Estado responsável pela administração prisional.

- c) A dedicação integral impedirá o Policial Penal de realizar acumulação do cargo de Policial Penal com outro cargo, emprego ou função pública, inclusive de Professor.
- d) **Os cargos de direção-geral das unidades e dos complexos prisionais que integrarem o organograma da Secretaria de Estado responsável pela administração prisional serão ocupados exclusivamente por Policiais Penais.**
- e) Ficam proibidos os Policiais Penais em regime de plantão a trocarem entre si escalas para as quais tenham sido previamente designados.

Lei Estadual nº 1.061/2023: Cria, no âmbito do Poder Executivo, como órgão de segurança pública, a Polícia Penal do Espírito Santo – PP-ES.

5. Segundo a Lei Estadual nº 1.061/2023, compete à Divisão de Inteligência da Polícia Penal - DIPP, exceto:

- a) realizar com exclusividade as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito da PP-ES.
- b) possuir acesso irrestrito e realizar a gestão de bancos de dados, sistemas automatizados e demais ferramentas tecnológicas em operação na PP-ES.
- c) **organizar e manter a biblioteca especializada em matérias de interesse dos serviços policiais penais.**
- d) assessorar, orientar e informar o Diretor-Geral da Polícia Penal sobre assuntos de interesse institucional.
- e) assessorar o Diretor-Geral da Polícia Penal em assuntos relacionados a fatos ou conhecimentos que possam impactar o funcionamento do Sistema Penitenciário Estadual.

6. Consoante a Lei Estadual nº 1.061/2023, compete à Polícia Penal do Espírito Santo, exceto:

- a) zelar pela preservação da integridade física e moral da pessoa sob custódia estatal, em decorrência de prisão ou medida de segurança.
- b) **delegar para instâncias autorizadas as funções constitucionais privativas da Polícia Penal.**
- c) atuar de forma cautelar na manutenção e no controle da ordem e disciplina no ambiente prisional.
- d) executar medidas que visem à proteção e à incolumidade física de autoridades quando se encontrarem em risco.
- e) realizar a recaptura de presos fugitivos.

Ética e função pública

1- Leia o texto a seguir para responder à questão:

O servidor público exerce papel fundamental na consolidação da cidadania e na construção da confiança da sociedade nas instituições do Estado. Suas ações devem estar orientadas não apenas pela legalidade, mas também por valores éticos e morais que expressem respeito ao interesse coletivo, à dignidade das pessoas e ao uso responsável do poder. O exercício da autoridade, portanto, não é um privilégio, mas uma responsabilidade que exige conduta exemplar, transparência e compromisso com o bem comum.

(Adaptado de CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis de.
Ética e vergonha na cara! São Paulo: Papyrus, 2015.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre ética e função pública, assinale a alternativa correta:

- A) A moral é um conjunto de normas jurídicas que definem as condutas obrigatórias dos servidores públicos, enquanto a ética refere-se apenas a valores pessoais.
- B) O comportamento ético na função pública se limita ao cumprimento das leis e regulamentos administrativos, sem relação com princípios de cidadania.
- C) O exercício da autoridade pelo servidor deve ser pautado pelo uso do poder em benefício próprio, desde que não contrarie diretamente a lei.
- D) O servidor público deve agir com probidade, imparcialidade e respeito aos princípios da moralidade administrativa, reconhecendo que seu poder deriva do dever de servir ao cidadão.
- E) A ética na função pública é irrelevante para o fortalecimento da cidadania, pois o que importa é apenas a eficiência técnica na execução das tarefas.

2 - De acordo com o Código de Ética, Conduta e Integridade da Polícia Penal do Espírito Santo, a atuação ética do servidor público deve traduzir o compromisso com o interesse coletivo, a probidade administrativa e os valores fundamentais da Administração Pública, como legalidade, moralidade e impessoalidade. A ética, nesse contexto, não se restringe à obediência formal às normas, mas expressa a responsabilidade moral de servir à sociedade com transparência e respeito.

Com base nesses princípios, é correto afirmar que:

- A) A ética do servidor público limita-se ao cumprimento das leis e regulamentos, não sendo necessária reflexão moral sobre suas ações.
- B) A ética na Administração Pública é uma responsabilidade apenas das chefias, não se aplicando aos demais servidores.
- C) O comportamento ético pode variar conforme a conveniência pessoal ou as circunstâncias hierárquicas do ambiente de trabalho.
- D) A conduta ética do servidor está vinculada ao dever de agir com respeito, honestidade, zelo pelo patrimônio público e compromisso com os princípios da Administração Pública.
- E) O servidor pode adotar condutas distintas das previstas no Código de Ética, desde que obtenha autorização de sua chefia imediata.

Instrução Normativa ES 004

3 - Com base nas normas do Código de Ética, Conduta e Integridade da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo, analise as afirmativas a seguir e marque a sequência correta (V para verdadeiro / F para falso):

1. () Utilizar sua função para obter vantagens pessoais, desde que não cause prejuízo direto à instituição, está de acordo com os princípios éticos do servidor público.
2. () Agir com integridade, transparência e compromisso com os valores e objetivos institucionais da Polícia Penal representa uma conduta ética adequada.
3. () Deixar de comunicar irregularidades praticadas por colegas é aceitável, pois preserva a harmonia no ambiente de trabalho.
4. () Omitir informações relevantes quando sua divulgação possa prejudicar a imagem institucional é uma atitude ética recomendada.
5. () Priorizar relacionamentos pessoais com superiores hierárquicos, ainda que isso comprometa a imparcialidade profissional, é conduta compatível com a ética pública.

Assinale a alternativa correta quanto à sequência verdadeira (V) e falsa (F) das afirmativas:

- A) V – V – F – F – F
- B) F – V – F – F – F
- C) F – F – V – F – F
- D) F – V – V – F – F
- E) F – F – F – F – V

4 - De acordo com o Art. 13 do *Código de Ética, Conduta e Integridade da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo* (Instrução Normativa nº 004/2024), a Comissão de Ética, Conduta e Integridade da PPES é composta por membros titulares e suplentes designados conforme a estrutura organizacional da instituição.

Com base na norma, assinale a alternativa correta:

- A) A Comissão de Ética é composta exclusivamente por servidores escolhidos por votação interna entre os agentes da Polícia Penal.
- B) São membros titulares da Comissão de Ética: o Diretor Geral, o Diretor Geral Adjunto, o Corregedor, o Diretor de Gestão Administrativa e o Diretor de Operações, sendo o Diretor Geral o seu presidente.
- C) A presidência da Comissão de Ética é exercida pelo Corregedor, tendo como suplentes o Diretor de Operações e o Diretor Geral Adjunto.
- D) A composição da Comissão de Ética é temporária e deve ser renovada a cada seis meses, conforme indicação do Secretário de Estado da Justiça.
- E) O Diretor de Gestão Administrativa exerce a presidência da Comissão, cabendo ao Diretor Geral atuar apenas como membro consultivo.

5 - De acordo com o *Código de Ética, Conduta e Integridade da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo*, as vedações impostas ao servidor da PPES buscam garantir a integridade institucional e a confiança pública.

Nesse contexto, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Art. 9º:

- A) É vedado ao servidor recusar ordem manifestamente ilegal, devendo executá-la e registrar o fato posteriormente à Corregedoria, a fim de evitar quebra de hierarquia.
- B) A vedação ao uso de bens públicos para fins particulares aplica-se apenas aos recursos materiais, não abrangendo tempo de trabalho ou informações institucionais.
- C) O servidor deve abster-se de realizar qualquer ato que configure discriminação, assédio moral, sexual ou de gênero, sob pena de responsabilização ética e administrativa.
- D) O servidor pode manifestar opiniões pessoais sobre políticas institucionais em redes sociais, mesmo utilizando símbolos oficiais da PPES, desde que o faça em horário de folga.
- E) A vedação à obtenção de vantagens indevidas refere-se apenas a benefícios financeiros, não abrangendo favores, brindes ou tratamento preferencial de terceiros.

Decreto nº 1.595-R

6 - De acordo com o Decreto nº 1.595-R/2005 e suas alterações pelo Decreto nº 1.826-R/2006, as comissões de ética têm papel essencial na preservação da integridade e dos valores públicos na administração do Estado do Espírito Santo.

Sobre sua composição e atribuições, assinale a alternativa correta:

- A) As comissões de ética podem aplicar diretamente as penalidades disciplinares previstas na legislação, desde que haja unanimidade entre seus membros.
- B) A atuação na comissão de ética é remunerada e considerada de natureza transitória, não configurando serviço público relevante.
- C) O membro da comissão de ética que possuir relação de parentesco até segundo grau com servidor investigado não poderá participar do processo, sendo considerado impedido.
- D) A composição da comissão exige obrigatoriamente três servidores efetivos, sendo vedada a participação de comissionados, ainda que não haja servidores efetivos disponíveis.
- E) As comissões de ética têm como competência exclusiva orientar servidores, sem poder requisitar providências disciplinares à autoridade superior.

7. O Decreto nº 1.595-R/2005 estabelece princípios éticos fundamentais que devem orientar a conduta dos servidores públicos civis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.

Com base nesse decreto, assinale a alternativa correta:

- A) O princípio da transparência exige que as ações e decisões dos servidores sejam justificadas, razoáveis e acessíveis à sociedade, reforçando a confiança na administração pública.
- B) O princípio da imparcialidade permite que o servidor adote posições pessoais em decisões administrativas, desde que o faça com transparência e boa-fé.
- C) O princípio da responsabilidade exime o servidor de prestar contas quando age em nome do interesse público, pois a finalidade coletiva prevalece sobre a prestação individual.
- D) O princípio da competência restringe-se ao domínio técnico das funções, não abrangendo o dever de atualização profissional e busca pela excelência.
- E) O princípio do respeito aplica-se apenas ao tratamento entre servidores, não se estendendo aos usuários dos serviços públicos.

8 - A ética no serviço público requer que o julgamento das condutas seja feito por pessoas que representem a integridade da instituição. Por isso, as comissões de ética são

compostas por servidores cuja idoneidade e imparcialidade não possam ser questionadas. A confiança social na Administração depende da certeza de que tais órgãos atuam sem favorecimentos, sem interesses pessoais e com dedicação ao bem público.

Com base no texto e no disposto no Art. 17 do Decreto nº 1.595-R/2005, assinale a alternativa correta:

- A)** A composição da comissão de ética pode incluir qualquer servidor, inclusive aquele que tenha recebido sanção disciplinar, desde que esta tenha sido cumprida integralmente.
- B)** O membro que tenha relação conjugal, de parentesco ou afinidade até o segundo grau com servidor investigado deve se declarar impedido de atuar no processo ético.
- C)** A atuação na comissão de ética é remunerada, uma vez que demanda tempo e dedicação além das funções habituais do servidor.
- D)** O número de servidores efetivos na comissão é opcional, podendo ser composta apenas por servidores comissionados.
- E)** A função na comissão de ética é considerada transitória e de caráter político, podendo cessar a qualquer momento sem prejuízo da apuração ética.